

A GÊNESE DO MOVIMENTO TENENTISTA E O “PRIMEIRO 5 DE JULHO”:

Memórias do “revolucionário” Delso Mendes Da Fonseca

Julio Cesar Alves Pereira Nunes
Mestrando em História do Brasil
Universidade Federal do Piauí
juliocesarapn@outlook.com

RESUMO: No presente artigo, parte de uma pesquisa mais ampla, refletimos sobre a trajetória militar de Delso Mendes da Fonseca, piauiense e um dos líderes do tenentismo, especificamente no levante do Forte de Copacabana em 1922, no Rio de Janeiro, através da análise de suas memórias expostas na entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e de fontes hemerográficas referentes à temática. A pesquisa lança luz sobre um militar que chama a atenção por se tratar de um personagem que possui um currículo consolidado e que traz benefícios em prol da contribuição acadêmica e historiográfica acerca do debate sobre trajetórias militares nos âmbitos locais e nacionais. Analisaremos os momentos que antecederam o início do levante, no que diz respeito ao contexto social e político da época, bem como a atuação de Delso da Fonseca e seus companheiros nos rumos da rebelião. Como aporte metodológico e historiográfico dialogamos com autores como: Maurice Halbwachs, Paul Thompson, Janaina Amado, Hélio Silva, Frank McCann, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Delso Mendes da Fonseca.

Introdução

Inserida no campo da oralidade dos estudos históricos, “a memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2000, p. 94). Nessa vertente subjetiva da memória, o sociólogo Maurice Halbwachs afirma que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990, p. 52).

Pautada na preservação de uma memória rica em detalhes e tendo como direcionamento uma entrevista datilografada cedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – realizada nos anos de 1975 e 1976, “meio século” após os acontecimentos explanados no presente trabalho –, bem como fontes hemerográficas (jornais) referentes ao período, objetivamos analisar a

atuação de Delso Mendes da Fonseca¹, piauiense e um dos líderes do tenentismo, no levante do Forte de Copacabana, em 1922, no Rio de Janeiro, considerado pela historiografia como o estopim do movimento tenentista.

A reflexão sobre o objeto de pesquisa se apresenta paralelamente à fala de Aspásia Camargo (1999, p. 167-168), ao explicitar que “se trata de um indivíduo que experimentou e interpretou acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo.” Nesse sentido, e no tocante à análise documental, destacamos a metodologia da História Oral, que se concentra nos avivamentos da memória humana e na sua capacidade de expor o passado como testemunha de determinado acontecimento histórico. Como uma metodologia prática, procura fixar impressões, experiências de vida e lembranças de indivíduos que compartilham um mesmo momento histórico com olhares distintos possibilitando, assim, uma análise complexa e heterogênea sobre a temática abordada. Como fonte histórica, através das entrevistas, assume notória importância em paralelo com documentos escritos, imagens, fontes hemerográficas e outros registros.

O período que compreende o fim da década de 1910 e início dos anos 1920 foi marcado pelo amadurecimento e estopim do processo das revoltas tenentistas. Inerente a isso, para entendermos as motivações que levaram Delso da Fonseca e os jovens oficiais oriundos da Escola Militar do Realengo a se rebelarem, abastecidos de conhecimentos práticos e técnicas militares inéditas, oriundas do processo de profissionalização e modernização que o Exército absorveu², é necessário assimilarmos esse evento com o contexto político e militar da República Velha no referente período.

A década de 20 e o estopim tenentista

As modificações que se processavam na sociedade brasileira no início do século XX desencadearam um processo de industrialização e modernização no país. Esse novo perfil deriva de um conjunto de elementos que compreendem mudanças no modelo agrário-exportador, a diversificação da sociedade em paralelo com o crescimento dos espaços urbanos, reivindicações dos trabalhadores assalariados que visavam melhorias

¹ Delso da Fonseca nasceu na cidade de Floriano, no estado do Piauí, em 22 de novembro de 1899. Em 1910, desembarcou no Rio de Janeiro objetivando entrar no Colégio Militar da referida cidade, sendo aprovado mediante concurso. Posteriormente, foi aluno da Escola Militar de Realengo, sentando praça em 1917.

² Para saber mais: MCCANN, 2007.

em suas condições, bem como as pretensões políticas e sociais dos setores médios urbanos. Nesse contexto, a industrialização favoreceu o desenvolvimento do capitalismo, que tinha como particularidade a dependência em relação aos centros imperialistas, que se apresentavam como destino dos produtos primários frutos da exportação. Esse período é marcado pela produção de subsídios a fim de substituir as importações. No entanto, o aumento da produção não supriu as necessidades da população que se encontrava em constante crescimento e a crise que alastrava o mundo chegou ao país de forma ríspida, gerando um descontentamento, principalmente por parte do setor político, já que a economia, ligada singularmente ao café, estava sendo consumida pela expansão capitalista.

As mudanças refletiram no meio social e, posteriormente, na política. A implantação de novos meios de produção e o avanço do sistema capitalista fomentaram transformações na estrutura de classes da sociedade brasileira. Entre essas transformações, destaca-se a formação das duas classes oriundas do processo de afirmação do capitalismo: o proletariado e a burguesia. O primeiro encontrava-se em situação de dispersão e desorganização devido às fortes marcas que o seu processo de formação – em um país atrasado e dependente dos centros desenvolvidos – deixava. Essa situação facilitava a expansão de influências das ideologias dominantes para com o proletariado. Como salienta Décio Saes, “a dominação de classe dos proprietários de terras encontrou sua expressão política na exclusão política das massas rurais e da classe operária, assim como na absorção política da burguesia industrial nascente. O processo decisório foi monopolizado pelas oligarquias” (1985, p. 39).

Paralelamente a esse processo, a burguesia industrial surgia em meio a condições particulares em que estava inserido o processo de transição do capitalismo no Brasil, evidenciando a dependência e os laços de ligação com o setor oligárquico, de onde a maioria provinha. Por outro lado, a burguesia cafeeira era oriunda dos antigos senhores de escravos, que iam sendo cooptados pelo capitalismo, já que muitos passaram a investir no ramo industrial, a fim de potencializar a produção do café.

Decorrente do crescimento do mercado interno, tendo como característica a divisão de trabalho, o Brasil passou a conhecer uma camada social média, que, de acordo com Nelson W. Sodré, tratava-se de uma pequena burguesia, ligada a uma variedade de

atividades antes desconhecidos ou pouco desenvolvidas, “desde os elementos ligados a atividades intelectuais, necessários ao provimento do aparelho de Estado, até aqueles ligados às trocas comerciais, à burocracia e ao artesanato” (1985, p. 11-12). Essa pequena burguesia constituía-se de um meio extremamente diversificado, incorporando funcionários públicos e privados do comércio, bancos, indústria, religiosos, intelectuais e militares.

A juventude militar e a crise política

As mazelas da crise econômica brasileira respingaram sobre o meio político, social e ideológico da sociedade, afetando diretamente as bases que sustentavam a República Velha. As oligarquias, característica marcante desse contexto, iniciavam seus processos de epílogo e no início da década de 1920 a situação política agravou-se, passando por etapas de oposição entre os setores sociais e políticos. Na chamada política do “café-com-leite” – um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal – o presidente do Brasil era escolhido entre políticos de São Paulo e Minas Gerais. Porém, esse processo de escolha, juntamente com outros fatores que agravavam a situação nacional, provocou insatisfação nas camadas populares. Concomitante ao cenário de crise política e social que se instalava no país, Delso da Fonseca concluiu, em dezembro de 1919, o curso na Escola Militar de Realengo, tendo que escolher, conseqüentemente, o corpo militar onde serviria. Sobre esse processo de escolha o mesmo salienta que:

[...] quando nós saíamos da Escola, naquela época, os oficiais, por ordem de classificação, tinham o direito de escolher o corpo onde servir. Eu escolhi o Forte Copacabana, já em companhia da grande figura que foi Antônio de Siqueira Campos. Nós escolhemos juntos e sempre servimos juntos. [...] éramos quatro, aliás: o Siqueira Campos, o Costa Leite, eu e o Araribóia (FONSECA, 1979, p. 3-4).

Tomando o relato de Delso da Fonseca encontramos quatro militares que fizeram parte dos vários movimentos nascidos entre os tenentes. Esse grupo de oficiais compartilharam o mesmo espaço educacional militar. A maioria desses jovens conviviam rotineiramente desde os estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro e na Escola Militar de Realengo. Posteriormente, o processo de seleção do corpo militar que serviriam se dava por ordem de classificação. Os oficiais mais destacados na passagem por Realengo possuíam o “poder da escolha”. Inaugurado em 28 de setembro de 1914, o Forte de Copacabana, localizado no bairro homônimo, era considerado de 1ª classe no cerne das

fortificações brasileiras. A fortaleza representava a modernidade do poderio bélico e se localizava em um ponto estratégico da cidade, o que possivelmente motivou a escolha desse corpo militar pelos jovens oficiais recém-saídos de Realengo.

A ausência de forças sociais e políticas que pudessem fomentar o clímax revolucionário que pairava nos anseios da população proporcionou a ascensão dos jovens oficiais do Exército, que se viam na função de “ordenar o país”. Como cita Frank McCann, “o nível de frustração no corpo de oficiais era alto, e a frustração tende a desviar a atenção do “trabalho de fato” (2007, p. 280). Outro fator que reforça o sentimento de mudança propagado pelos jovens militares está ligado ao irrelevante valor do soldo e a precária situação dos armamentos. Além disso, “alguns oficiais, principalmente os que haviam frequentado a escola militar durante a Primeira Guerra, sentiam-se frustrados por não terem tido a chance de lutar na guerra” (MCCANN, 2007, p. 287). A afirmação de Frank McCann corrobora o relato de Delso da Fonseca, quando este cita que “as turmas de 1918 e 1919 quiseram ir para a guerra. Nos apresentamos, mas não deixaram” (FONSECA, 1979, p. 20). A frustração pela não participação no confronto bélico possivelmente foi um dos fatores subjetivos que potencializou a rebeldia dos jovens oficiais.

Na visão dos militares, os equívocos cometidos pelo regime vigente, que perpassaram os diversos governos, chamaram atenção no que diz respeito à formalidade de discernimento das mazelas do meio militar. Como reforça Hélio Silva, “os problemas políticos resolviam-se em banquetes e convenções, enquanto o povo começava a desconfiar que era roubado até em sua vontade e a mocidade dos quartéis ouvia as ressonâncias da participação dos militares na política” (SILVA, 2004, p.36). Delso da Fonseca defendia que o Exército tinha um papel essencial na conjuntura do país e uma tomada de consciência se tornava necessária:

O Exército já tinha que se sentir na obrigação de analisar os atos, não para estar intervindo neles, mas para saber para onde é que o Brasil ia marchar. [...] uma tomada de consciência daquelas sobre quem recairiam as consequências de medidas ilegítimas. Se os governos prosseguissem e passassem à ilegitimidade e o Exército não fizesse nada, ele acabava tendo que garantir as medidas ilegítimas. Então, tinha que tomar conhecimento das medidas, analisando-as, até quando elas fossem suportáveis (FONSECA, 1979, p. 20-21).

Os jovens oficiais faziam parte de um grupo militar com interesses particulares e se incumbiam na função de “salvadores da Pátria”. Tinham a convicção, e observamos isso através do relato de Delso da Fonseca, que a função do Exército era observar e, em determinada ocasião, intervir no aparato social. Oriundos, em sua maioria, da classe média³, os mesmos perpetuavam estreitos laços com a mesma, bem como não se afastavam das discussões sobre a vida política e social do País. Possivelmente, em consequência dessa relação, os jovens oficiais tornaram-se mais sensíveis às cobranças e indagações propostas por essa camada da sociedade.

Em 1919, rompendo com o revezamento enraizado entre candidatos de São Paulo e Minas Gerais, o paraibano Epitácio Pessoa foi eleito em meio a um turbulento cenário político e social. Posteriormente, em 1921, a campanha eleitoral visando sua sucessão, tendo como figura central o candidato a presidência Artur Bernardes, foi o estopim das agitações militares que empreenderam a revolução. Nesse contexto, vale destacar a articulação que propiciou a formação da chamada “Reação Republicana”, que se constituiu como uma aliança “entre políticos civis ligados às dissidências oligárquicas e militares que conspiravam contra os governos tanto de Epitácio Pessoa, como, posteriormente, de Artur Bernardes” (PRESTES, 1993, p. 19). Contudo, há divergências entre historiadores quanto à relação dos militares com os políticos ligados às oligarquias. Na vertente contrária, Maria Cecília Spina Forjaz (1977, p. 49, apud PRESTES, 1993, p. 21) cita que “os tenentes conspiram e agem isoladamente e não buscam aliados na oligarquia dissidente e não pretendem o apoio de grupos populares”.

O Exército declaradamente se opôs à candidatura de Artur Bernardes, já que “a intervenção de Epitácio na campanha de sucessão resultou em perseguições contra os militares, como no caso da transferência através de um despacho ministerial, de dez oficiais subalternos do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária e as prisões dos oficiais aviadores navais Belisário Moura, Sá Earp, Flávio Santos e Backer Azamor” (SILVA, 2004, p. 40-41). Outro motivo que reforçava a discórdia dos militares para com o governo de Epitácio Pessoa foi a nomeação de dois civis para as pastas da Marinha e da Guerra: Raul Soares e Pandiá Calógeras. Hélio Silva (2004, p. 39) afirma que os militares não

³ Para saber mais: (SAES, 1985)

acataram de bom grado essas indicações. O descontentamento militar para com o sistema político brasileiro se ampliava.

Em Pernambuco, Eptácio Pessoa ordenou que a guarnição federal reprimisse nas ruas de Recife os civis que apoiavam Manuel Borba, importante político daquele estado. O Clube Militar, tendo como presidente o marechal Hermes da Fonseca – retornando da Europa em 1921, onde permaneceu durante o exílio voluntário desde 1915, consolidando-se como uma figura heroica para a jovem oficialidade – se solidarizou com a oficialidade pernambucana enviando um telegrama ao chefe daquelas forças, coronel Jaime Pessoa. O cenário político agravou os ânimos nos quartéis. Os oficiais, feridos em seu ego, se avolumavam com um sentimento de revolta contra as atitudes tomadas pelo governo federal. A pólvora se alojara na sociedade e a faísca responsável pela “explosão” se aproximava.

As cartas da discórdia

Em meio a convulsão política e militar que se alojara, uma “bomba de letras” foi jogada no seio da sociedade visando o caos. Irineu Machado, figura representativa do senado na época, foi responsável por intervir na conjuntura em questão, comovendo os jovens oficiais e sacudindo as instituições. Trata-se das cartas ácidas entregues por Oldemar Lacerda – cujo remetente era Artur Bernardes – que feriam a honra do Exército. Posterior a isso, “o Correio da Manhã de 9 de outubro publicou, nas duas últimas colunas da segunda página, a carta ofensiva aos brios militares (SILVA, 2004, p. 44). Sobre as cartas, Juarez Távora, um dos expoentes do tenentismo, salienta que se tratava de “uma carta duramente insultuosa à dignidade da oficialidade do Exército, e atribuída à autoria do Sr. Artur Bernardes (TÁVORA, 1973, p. 111)”.

A edição esgotou-se e os debates acerca da autenticidade do documento entraram em pauta nos principais centros políticos. Os militares, “feridos em sua honra”, expressavam através de assembleias no Clube Militar sua tradição revolucionária e exigiam uma investigação profunda dos fatos desencadeados. Durante sua campanha política, Artur Bernardes foi assolado pela oposição militar. O candidato enfrentou violências verbais redigidas através da imprensa que se caracterizavam desde os apelidos pejorativos até as acusações falsas mais graves. A sua negação perante o ocorrido não surtiu efeito entre os militares. Em 27 de dezembro, logo após o período de análise das

cartas, o resultado concluiu que a grafia da assinatura e do texto possuíam concordância com a escrita de Artur Bernardes, dando características autênticas às mesmas. Em resposta, o Clube Militar, reunido em assembleia e isentando-se de qualidades jurídicas, resolveu entregar o caso ao julgamento da nação (SILVA, 2004, p. 53).

Em 1 de março de 1922, realizada a eleição presidencial – que não transmitiu confiança quanto a sua legalidade –, Artur Bernardes confirmou a vitória. Posteriormente a isso, volta ao cenário político e militar o tema das cartas. Oldemar Lacerda, em publicação através da imprensa no dia 31 de março, retrata toda a história por trás do escândalo. Absorvido por um sentimento atrelado à nação e antevendo as terríveis consequências que ameaçavam a República, confessou que havia confeccionado as cartas, com objetivos meramente políticos (SILVA, 2004, p.69). As cartas iniciaram um intenso movimento nas fileiras militares, que se orientariam em favor da candidatura personificada no marechal Hermes da Fonseca. Figurando como personagem central do Exército e louvado pelos jovens oficiais, reivindicou o título de chefe da instituição. A perseguição e vigília ao corpo de oficiais tornaram-se constantes, com o agravante solidificado pela prisão do marechal e, posteriormente, pelo fechamento do Clube Militar pelo governo, fomentando o descontentamento dos militares. Porém, nesse contexto, vale ressaltar que “a punição de Hermes e o fechamento do clube foram pretextos, não causas”, para os acontecimentos que se desenrolariam (MCCANN, 2007, p. 341-342).

Os preparativos do levante e o “primeiro 5 de julho”

A gota que faltava para o cálice transbordar, caiu. Ninguém seria capaz de deter o estopim do movimento tenentista. No Forte de Copacabana, o comandante e filho de Hermes da Fonseca – Euclides Hermes da Fonseca – avisou que a fortaleza iria se revoltar. O tenente Eduardo Gomes, um dos líderes da revolta, relatou ao marechal Hermes a intenção do Forte em se rebelar, no que foi prontamente repreendido. “O tenente voltou ao Forte de Copacabana. Euclides Hermes, Siqueira Campos, Delso Mendes da Fonseca e os outros chefes do movimento resolveram aguardar um outro dia. [...] Fora fixado o dia e a hora do início: uma hora da madrugada de 5” (SILVA, 2004, p. 85). Com relação aos momentos que antecederam o levante, Delso da Fonseca narra com detalhes:

Eu servia, então, no Forte Copacabana. Devo declarar que aquela unidade se preparava desde quando seus membros sentiram a que levaria a sequência dos acontecimentos, por causa das condições técnicas do Forte. O Forte só poderia

colaborar como força estando seus elementos de combate profundamente organizados, isto é, os possantes canhões que possuía só poderiam atirar na cidade mediante profundas alterações nos seus dados técnicos. Nossa colaboração na preparação do movimento, portanto, não implicou em conspiração, embora acompanhássemos sem participarmos dos detalhes da preparação geral, pois todo mundo sabia que o Forte se levantaria, mesmo sozinho, quando fosse fixada a data (FONSECA, 1979, p. 21).

Fato peculiar sobre a narrativa de Delso da Fonseca diz respeito ao processo de preparação técnica no qual o Forte de Copacabana se inseria. Segundo o mesmo, o Forte não participou da conspiração que culminou no início do movimento. Porém, se articulou como força bélica em prontidão necessária para a luta armada. Refletiremos sobre essa afirmação. O Forte se preparar tecnicamente para a luta armada sem tomar conhecimento dos trâmites conspiratórios nos incita à contradição. Possivelmente, o Forte não participou das reuniões relacionadas aos preparativos do levante, como ressalta Delso da Fonseca. Porém, tinha conhecimento dos rumos tomados visando a rebelião. Nessa vertente, podemos conjecturar sobre a prerrogativa de que os oficiais fomentaram, diretamente ou não, o processo conspiratório, já que dispuseram todo o aparato militar disponível na fortaleza.

No sentido logístico, a luta através da artilharia do Forte era difícil. Por se manter em um ponto que destoava do centro urbano, seriam necessários cálculos complexos na tabela de tiro, o que demandaria um tempo longo de elaboração. Os canhões utilizados eram alemães, da marca Krupp, o que forçou a oficialidade a elaborar uma nova tabela, que demorou cerca de seis a oito meses para ser concluída:

Lá no Forte Copacabana, conhecíamos perfeitamente o material de que dispunha aquela unidade, onde, com o Capitão Euclides Hermes da Fonseca e o Tenente Siqueira Campos, éramos os mais antigos naquela unidade. Com os Tenentes Siqueira Campos, Tales Vilas-Boas, Eduardo Gomes, Silvino Bezerra Cavalcanti, Capitão João Carlos Barreto e outros, fui designado para constituir o grupo que deveria preparar a munição e uma nova tabela de tiro que permitisse ao Forte atirar para cidade. [...] O tiro do Forte, se virado para cidade, encrista no morro do Canta Galo, porque a trajetória é tensa. Então, nós encurvamos a trajetória. A carga de projeção é constituída de dois elementos, um obturador e outro suplementar. Nós tiramos o suplementar, reduzimos a velocidade inicial, e, então, o projétil passou por cima do morro (FONSECA, 1979, p. 24).

A formação técnica dos oficiais presentes no Forte foi determinante nos cálculos balísticos expostos na fala de Delso da Fonseca. A logística da fortificação permitia atingir alvos localizados no mar. Porém, com os objetivos traçados pelo processo

conspiratório, determinados locais na cidade do Rio de Janeiro seriam alvos. Por isso, a reformulação da tabela de tiro se tornou necessária nos trâmites da rebelião. Prosseguindo sua narrativa, o piauiense detalha a reunião entre oficiais e os corpos militares que faziam parte das conspirações, refletindo sobre a convicção de que na teoria não haveria luta armada e destacando a iniciativa do Forte, representado por sua pessoa, em iniciar a revolta:

Somente nas vésperas do levante, precisamente no dia 4, o Forte Copacabana compareceu a uma reunião de conspiradores, representado pelo Tenente Tales de Azevedo Vilas-Boas, que era o subcomandante do Forte, e por mim. Então, diante do número de oficiais presentes, representando todos os corpos do Rio e alguns de fora, ficou-me a impressão de que felizmente seria evitada a luta pela quase unanimidade dos comprometidos. [...] nessa reunião, o Forte, por meu intermédio, tomou a responsabilidade de iniciar o levante mediante o tiro dado sobre o alvo já determinado. Esse tiro seria dado por mim mesmo, com um canhão 150, à hora rigorosamente aprazada, ao iniciar-se do dia 5 de julho, sobre a Ilha de Cotunduba, na entrada da baía de Guanabara (FONSECA, 1979, p. 21-22).

O forte participou da reunião prévia ao início da mesma. Sobre as forças contrárias ao movimento, a fala de Delso da Fonseca cita que não existiam, já que em conspirações era um fato comum. Coloquemos em suspeição essa afirmativa. A historiografia sobre a temática nos mostra o contrário. A partir do momento em que o sinal de sublevação, referente ao início da rebelião, foi executado, as diversas forças que o compunham foram sendo “sufocadas” pelo governo e por oficiais de alta patente favoráveis ao poder central. De certo modo essa “inocência conspiratória” pode ter surpreendido os combatentes no decorrer da luta.

Antes do movimento, a maioria do Exército era entusiasta do que estava por vir. Porém, o levante era pobre no que diz respeito às lideranças de chefes graduados e apenas as baixas patentes fizeram volume. “A conspiração desenvolveu-se com duas características: o entusiasmo e a indiscrição. Eram moços demasiado confiantes, e a generalização da revolta contra Epiácio alastrara, quase sem limites, a rebeldia” (SILVA, 2004, p.146). A revolta do Forte e dos outros corpos militares, como a Escola Militar de Realengo, estava prevista pela cúpula governamental. Na reunião que se realizou no porão de um sobrado, na rua General Canabarro, muitos oficiais compareceram. Contudo, segundo as memórias de Delso da Fonseca, deveriam haver pessoas infiltradas do governo. “[...] Um dos mais animados, lá, na hora da guerra, era um cidadão, um sem-

vergonha, que nunca se meteu em revolução alguma. Ele nunca encontrou uma oportunidade, mas estava lá, e era quem mais esbravejava”. (FONSECA, 1979, p. 25). De fato, haviam combatentes contrários e “os acontecimentos subsequentes mostraram que muitos dos que se pronunciaram veementemente em favor da ação desapareceram quando os tiros começaram” (MCCANN, 2007, p.342).

Devido a desconfiança do governo, o capitão José da Silva Barbosa – acompanhado do general Bonifácio da Costa – foi prontamente convocado para seguir até a fortaleza com o objetivo de assumir o comando, utilizando todos os meios possíveis. Depois de uma conversa inquietante, expostas na fala de Delso da Fonseca e do capitão Euclides Hermes, em reportagem ao jornal “A Noite Ilustrada (RJ), datada do dia 6 de janeiro de 1953” (XXIII, nº 1,245, p. 26), foram presos e levados até o escritório deste, onde um tenente iria acomodá-los. Com uma tonalidade romantizada, Hélio Silva narra que “era a noite da esperança. A onda marulhava na areia. Batia na pedra, voltava. A lua sumia, enquanto a alvorada pintava de rubro a espuma leitosa. O movimento estava combinado para uma hora da madrugada. [...] A cidade despertou, assustada, aos tiros do Forte de Copacabana (SILVA, 2004, p. 91)”. Nessa empreitada, Delso da Fonseca acentua que:

Ao se dar o levante do Forte, fui inicialmente designado para comandar a torre do canhão 150. Foi com esse canhão que eu atirei sobre o Quartel-General. Na hora, o comandante resolveu realizar uma distribuição mais conveniente do pessoal. Então, o comandante fez uma redistribuição e me entregou o canhão 150. Fui designado para comandar a torre do canhão 150, e com ela dar o primeiro tiro daquela noite histórica. Foi realmente um fim de mundo; ou o começo do fim do mundo! (FONSECA, 1979, p. 25).

De acordo com Hélio Silva e Glauco Carneiro, o tiro que acordou a capital federal as 1h20 da madrugada do dia 5 de julho partiu da cúpula do canhão 190mm, destoando do relato de Delso da Fonseca, no qual afirma que era comandante da cúpula do canhão 150mm, onde liderava 32 homens, e foi o artilheiro responsável pelo primeiro disparo do levante, em direção à Ilha de Cotunduba, como sinal de sublevação, tendo como alvo posterior o Quartel-General do Exército onde desferiu quatro tiros. “O tenente Delso Mendes da Fonseca tomava conta da cúpula do 190. Foi ele quem fez o primeiro disparo. A emoção do jovem artilheiro de vinte e três anos foi tamanha que esqueceu de fechar o alçapão da torre. Com a deflagração, seu gorro voou para fora. Nunca mais o encontrou”

(SILVA, 2004, p. 94-95). O oficial, todavia, ao narrar o acontecimento, e possivelmente pela idade avançada no momento da entrevista, se equivocou na afirmação sobre o calibre do canhão que comandara, já que a bateria do Forte era composta por “dois canhões de 305mm, dois de 190mm e 75mm, e uma bateria de projetores” (BARRETTO, 2010, p. 147-148).

Horas após o início do levante, Delso da Fonseca se recolheu dentro da cúpula do 190mm para repousar. Seus companheiros, Silvino Elvídio e Euclides Hermes aprontaram o canhão e refizeram, cuidadosamente, os cálculos. Ambos pretendiam atingir o Quartel-general do Exército, na ala esquerda, com a esperança de que o projétil lançado destruísse a sala e a mesa onde fora assinada a prisão do marechal Hermes. O tiro partiu e alcançou os fundos da Light & Power – multinacional responsável pelo funcionamento dos bondes e fornecimento de eletricidade – na rua Barão Félix, vitimando Maria da Graça Monteiro, de 24 anos de idade, seu filho Manoel, de dois anos e um empregado da light, Alberto Álvares Gomes, soterrado pelos escombros. Delso da Fonseca foi prontamente avisado do ocorrido. Sobre essa fatalidade, o mesmo recorda-se:

Mais tarde, estando eu vencido pelo cansaço, dormindo dentro da cúpula do 150, no meu comando, foi dado um tiro na direção do Quartel-General, na praça da República. Infelizmente, esse tiro não atingiu o objetivo. Acordaram-me. Eu, com os dados obtidos pelo tiro anterior, consegui fazer, com rara felicidade, quatro tiros, que caíram todos dentro da área interna daquele edifício, aliviando-nos da preocupação de fazer vítimas que não estivessem diretamente envolvidas na disputa. Atirar para um quartel, a gente atira, mata ou morre, e está acabado. Agora, atirar para um lugar que possa ferir o cidadão que não tem nada com o peixe é sempre horrível (FONSECA, 1979, p. 26).

Novamente o relato de Hélio Silva e as memórias de Delso da Fonseca se confrontam. O primeiro cita que os tiros disparados contra o Quartel-general do Exército foram efetuados pelo capitão Euclides Hermes. Já o segundo cita que ele próprio, com a ajuda de seus companheiros de cúpula, refez os cálculos matemáticos e empreendeu os disparos que atingiram a parte interna do QG, onde três pessoas morreram, sendo um primeiro-sargento e dois soldados. A noite de 5 de julho, por parte dos revoltosos, foi tomada por apreensão sobre quais passos deveriam seguir em busca da vitória. Na decorrência do levante, o Forte foi bombardeado pela primeira vez, sendo o disparo efetuado pela Fortaleza de Santa Cruz, fixada em Niterói, seguida dos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*. Por infortúnio, já que era o único que poderia destruir os

encouraçados, o canhão 305mm do Forte estava com defeito na pressão hidráulica. Nesse infortúnio, o Forte apenas observou os violentos disparos vindos em sua direção.

Com a ameaça de Pandiá Calógeras em atacar o Forte por forças marítimas, aéreas e terrestres, Euclides Hermes respondeu com voracidade: “Mas há o reverso; desde que o Forte seja novamente atingido, eu e meus companheiros lançaremos ferro e fogo sobre a cidade, sem escolha de posição” (apud CARNEIRO, 1965, p.234). Jornais oposicionistas como o *Correio da Manhã*, *O Imparcial* e *O Brasil* foram proibidos de circular. As tropas legalistas se locomoviam por Copacabana em busca de pontos estratégicos para qualquer risco de embate. O clima tornava-se mais tenso e os revolucionários se alimentavam com bravura em excesso. A revolta no Rio de Janeiro se resumia ao Forte. A Vila Militar, ancorada em suas tropas legalistas, e a Escola Militar de Realengo, abastecida com cadetes revoltados, brigaram entre si e não se adicionaram ao levante. Amanhecendo o dia 6, Euclides determinou que Delso da Fonseca e o tenente Tales Vilas Boas procurassem contatar elementos de cavalaria que foram avistados na região do Leblon:

Ao amanhecer do dia 6, foi-me determinado pelo comandante que, com o Tenente Tales Vilas-Boas, buscasse contato com elementos de cavalaria, que teriam sido assinalados pelo lado do Leblon, com o objetivo de atraí-los para o nosso lado, ou hostilizá-los. [...] A missão iria pesquisar se havia tropa do governo naquela zona. Eu ia com a tropa e procuraria parlamentar, para ver se os atraíamos, ou, então se eles não quisessem, para brigar. Mas não era verdade; por ali, não apareceu ninguém (FONSECA, 1979, p. 27).

Explica-se essa incursão ao fato de que, segundo Delso da Fonseca, “o governo vigiava de longe, ele não ia chegar perto. Tanto que nós íamos ao Leblon e voltávamos” (FONSECA, 1979, p. 28). Contudo, Hélio Silva, na sua obra sobre a epopeia de 1922, não cita esse evento, sendo frágil a afirmação do piauiense, já que nossas pesquisas, em atrelamento com a análise historiográfica, não encontraram indícios dessa missão além da fala de Delso da Fonseca. Sobre ela, podemos notar que a “missão” designada por Euclides Hermes foi um “tiro no escuro”, já que a locomoção demandaria tempo, devido à distância entre o Leblon e Copacabana e a ausência de dois oficiais relevantes do Forte de Copacabana poderia ser prejudicial no percurso da luta.

No Forte, Calógeras propôs ao capitão Euclides Hermes um diálogo visando o fim do levante. “Chiru”, apelido colocado pelo marechal Hermes, após conversas com os

oficiais da Fortaleza, onde os mesmos justificaram o fato de Euclides possuir família, se retirou da mesma. Ficaram no Forte os oficiais Eduardo Gomes, Nilton Prado e Mário Carpenter, dois sargentos-eletricistas, um cabo, algumas praças e quatro civis, resultando em 28 pessoas. Euclides, encontrando-se preso, após se reunir com Calógeras e definir termos, transmitiu a ordem de rendição imediata ao Forte de Copacabana. Os oficiais liderados por Siqueira Campos – que queria explodir o Forte com todos dentro –, ao receberem a ordem vinda diretamente do seu comandante, resolveram abandoná-lo visando a preservação do mesmo e a integridade do bairro de Copacabana, bem como o enfrentamento com as tropas legalistas.

Se inicia nesse momento a epopeia que atravessou gerações. Vale salientar, porém, que o simbolismo atrelado aos “18 do Forte” vem da publicação do jornal *Gazeta de Notícias (RJ)*, que enumerou em dezoito os combatentes, inspirando outros periódicos. O número exato de militares que marcharam em Copacabana diverge entre historiadores e pesquisadores do assunto, já que durante a marcha muitos acabaram desistindo de lutar. O próprio Euclides Hermes, na entrevista já citada ao jornal “A Noite Ilustrada” (6 de janeiro de 1953, XXIII, nº 1,245, p. 29), afirma que os “18” na verdade eram apenas 11, já que muitos desistiram no meio do percurso.

A bandeira do forte foi fragmentada em vinte e oito pedaços, destinados a cada militar que restara e ao capitão Euclides Hermes, que se encontrava preso. Com a polvorosa da marcha, se juntou ao grupo o civil Octavio Correia, que morava em Paris e passava férias no Rio. E, assim, iniciaram a marcha da morte pela avenida Atlântica, aos gritos de “Viva o Exército, viva o marechal Hermes, vivam os defensores do Forte de Copacabana’, sendo respondidos pelos populares que os acompanhavam” (SILVA, 2004, p. 105).

Os “Voluntários da morte” buscavam um fim honroso para suas carreiras militares. Esse fim se originou no encontro entre os revoltosos e as forças legalistas: “dezoito” homens enfurecidos e cheios de coragem contra aproximadamente 3.000 soldados. O embate deu-se em frente à rua Hilário Gouveia, na altura do posto quatro de Copacabana e durou uma hora e vinte e cinco minutos. Morreram nessa trágica luta os oficiais Nilton Prado e Mário Carpenter, o civil Octavio Correia e outros soldados que abraçaram a causa. Siqueira Campos, Eduardo Gomes e três praças saíram feridos. Delso

da Fonseca não participou da “marcha suicida”. Retornando ao Forte, logo após a missão do Leblon ao qual foi designado, viu que do mesmo saíam diversos soldados dando a impressão do abandono:

Quando regressamos ao Forte, fomos surpreendidos por elementos que de lá se retiravam, por já haver sido tomada a decisão do abandono. Foi um negócio! Aí é que se deu uma coisa muito mal contada. Houve várias saídas, e uma delas foi a que deu de cara com a tropa maior, que foi a do Siqueira. Aí é que se deu aquela epopeia formidável dos 18 que são 11 (FONSECA, 1979, p. 27).

Durante toda a resistência, aproximadamente 300 homens estavam no Forte. Momentos antes da debandada, 29 restaram (DORIA, 2016, p. 109). O piauiense, no seu discurso, cita que tiveram diversas saídas e não apenas a liderada por Siqueira Campos. Além de não encontrar vestígios de tropas legalistas na “missão do Leblon”, ordenada pelo capitão Euclides Hermes, encontrou o Forte abandonado no seu retorno e assim como outros combatentes, viu na fuga sua única saída.

Considerações Finais

Logo após a dispersão dos homens que compunham o Forte, iniciou-se uma nova fase na carreira militar de Delso da Fonseca e de outros, como Tales Villas-Boas. Os objetivos pessoais passaram a ser prioridade para alguns, enquanto conspirar e continuar lutando, para outros. A procura a todos os envolvidos no levante ficou intensa, o piauiense abrigou-se na casa de um “amigo da revolução” por cinco dias antes de se entregar e ser preso. Os posteriores 10 anos de prisões, conspirações e idealismos que o mesmo cita em suas memórias correspondem ao início do movimento tenentista, em 1922 e a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Preso provisoriamente no Quartel-General do Exército, o mesmo que o Forte de Copacabana tentou destruir, foi deslocado para a Fortaleza de Santa Cruz e depois para o 3º Regimento de Infantaria, sendo encarcerado finalmente na Escola do Estado-Maior.

Em 1922, como membro categórico do levante do Forte de Copacabana, Delso da Fonseca iniciou uma vida de lutas e aprendizados que foram se fortalecendo no decorrer do tempo. A década de 1920 e as transformações que o país sofrera tiveram influência decisiva na formação de um militar que optou, ao sair de Floriano-PI, em construir uma vida distinta do cenário comum de suas origens. Notoriamente, ao sair de sua cidade, nunca imaginara se defrontar com um destino abastecido por um cenário de lutas

heterogêneo. Nem tampouco se tornar um dos líderes de um movimento tão significativo na história do Brasil.

Referências

Fontes

Hemerográficas

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **CORREIO DA MANHÃ (RJ)**, 20 de janeiro de 1922, p. 4).

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **A NOITE ILUSTRADA (RJ)**, 6 de janeiro de 1953, XXIII, nº 1,245.

Entrevistas

FONSECA, Delso Mendes da. **Delso Mendes da Fonseca (depoimento, 1975-6)**. Rio, FGV/CPDOC-História Oral, 1979.

Bibliográficas

AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 3º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 93-102.

BARRETTO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

CAMARGO, Aspásia. **Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo por Maria Celina d'Araújo**. História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n. 2, jun. 1999, p. 167-179.

CARONE, Edgard. **O tenentismo (acontecimentos – personagens- programas)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções Brasileiras**. 1º Volume. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. **As Culturas Políticas do Movimento Tenentista e o “Autoritarismo nas décadas de 1910 e 1920 (Artigo)**. Mariana-MG: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação republicana**: As origens do Tenentismo. Editora Vozes, Petrópolis, 1993.

ROESLER, Rafael. **A Missão Indígena e sua atuação na Escola Militar do Realengo 1919-1922 (Artigo)**. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. 2000.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SILVA, Hélio. **1992 – Sangue na areia de Copacabana/ Hélio Silva, Maria Cecília Ribas Carneiro**. 3 Edição. Porto Alegre. L&pm, 2004.

SODRÉ, Nelson W. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.